



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ESPECIALIZADOS EM CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE
TRANSPORTE VERTICAL, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A
EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2019/00244

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora-Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Telefax: (____) _____ – e-mail: _____, representada neste ato pelo seu(sua) _____, **Sr.(a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2019/00244, e em consequência do Pregão Eletrônico nº 080/2019, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/2019, homologado em ____/____/2019, através do despacho nº TRF2-DES-2019/____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, para os elevadores do complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15 de março de 2017 mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados em condução de veículo de transporte vertical, para os elevadores do complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico n.º 080/2019 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO EFETIVO MÍNIMO E DOS POSTOS DE TRABALHO:

2.1 – A Contratada deverá disponibilizar pessoal, devendo observar a distribuição dos postos de trabalho conforme a seguir:

2.1.1 - DO EFETIVO MÍNIMO		
CATEGORIA PROFISSIONAL	CBO	QUANTIDADE
ASCENSORISTA	5141-05	10
QUANTIDADE TOTAL DO EFETIVO		10

2.1.2 - DOS POSTOS DE TRABALHO		
Localização dos Elevadores	Quantidade de Ascensoristas	Período de Prestação de Serviços
Anexo II Elevador de Carga	02	7:00 às 13:00 horas e 13:00 às 19:00 horas
Anexo II Elevador de Emergência	02	8:00 às 14:00 horas e 14:00 às 20:00 horas.
Anexo II Organizadora de Filas	01	11:00 às 17:00 horas
Anexo I – Elevador Privativo 1	02	9:00 às 15:00 horas e 15:00 à 21:00 horas.
Anexo I Elevador Privativo 2	02	9:00 às 15:00 horas e 15:00 às 21:00 horas.
Rendição Elevadores Diversos	01	11:00 às 17:00 horas.

2.2 - Os serviços de condução de veículo de transporte vertical deverão ser realizados dentro do período de 07:00 às 21:00 horas.

2.3 - A jornada semanal de cada empregado da Contratada poderá perfazer um total de 36 (*trinta e seis*) horas, sendo a jornada diária fixada em 06 (*seis*) horas de trabalho, observado o intervalo de 15 (*quinze*) minutos para refeição, ou conforme legislação em vigor.



3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1.1 – Conduzir elevadores para o transporte de pessoas e de cargas aos andares do complexo predial, registrando os pavimentos solicitados para embarque e desembarque, mediante o pressionamento dos botões do painel de controle, observando os limites de carga, visando garantir a segurança os passageiros e cargas;

3.1.2 - Zelar pelo bom funcionamento, guarda e conservação dos elevadores;

3.1.3 - Auxílio no embarque e desembarque de passageiros, em especial aos portadores de necessidades especiais, idosos e crianças;

3.1.4 - Zelar pela segurança dos usuários e do equipamento utilizado;

3.1.5 - Efetuar testes, quando necessário, no sistema de alarme e de intercomunicação dos elevadores;

3.1.6 - Efetuar anotações acerca do funcionamento dos elevadores, repassando-as ao setor competente do Contratante, inclusive quanto ao sistema de alarme e de intercomunicação;

3.1.7 – Organizar as filas de passageiros no pavimento térreo;

3.1.8 – Organizar a distribuição dos serviços nos diversos elevadores localizados nos Prédios Sede e Anexos do Contratante;

3.1.9 – Comunicar ao Contratante todo acontecimento entendido como irregular;

3.1.10 – Comunicar imediatamente ao empregado responsável pelo posto de trabalho, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

3.1.11 – Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade dos empregados, bem como as ocorrências do posto de trabalho em que os mesmos estiverem prestando seus serviços;

3.1.12 – Orientar os empregados quanto à presteza no atendimento e cumprimento das normas internas;

3.1.13 – Acompanhar, diariamente, as ocorrências registradas relativas aos empregados sob sua supervisão;

3.1.14 – Exigir que os empregados prestem os serviços contratados devidamente identificados e uniformizados;

3.1.15 – Efetuar a substituição do empregado, em caráter imediato, em eventuais faltas;

3.1.16 – Providenciar a rendição dos empregados, quando de sua ausência dos postos de trabalho e, em especial, nos casos previstos na legislação trabalhista;

3.1.17 – Acatar as exigências do Contratante quanto à execução dos serviços, horários de turnos, rodízio entre os postos, providenciando a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização;

3.1.18 - Substituir qualquer empregado, em caráter imediato, sempre que a conduta ou a qualidade dos seus serviços for julgada insatisfatória e prejudicial ao andamento dos serviços;



3.1.19 – Deverá executar, por indicação do Contratante quaisquer outros serviços, desde que sejam correlatos ao objeto contratado.

3.2 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - Os serviços poderão ser executados durante o final de semana, em horário integral, obedecendo à programação de serviços a ser elaborada pelo Contratante, com antecedência mínima de 48 (*quarenta e oito*) horas;

3.2.2 - Em caso de solicitações de emergência, o prazo de antecedência mínima para a elaboração da programação de serviços não será considerado, obrigando-se a Contratada a executar os serviços imediatamente;

3.2.3 - Os horários de expediente e de intervalo para refeição serão controlados através de cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos empregados da Contratada;

3.2.4 - O relógio biométrico de ponto será fornecido e instalado nas dependências do Contratante pela Contratada, sem ônus adicional para o primeiro, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;

3.2.5 - A Contratada se obriga a manter nas dependências do Contratante, em local a ser indicado, sem ônus adicional, uma estufa para aquecimento das refeições de seus empregados, em tamanho compatível com o número de empregados, responsabilizando-se a Contratada por sua revisão e manutenção periódica;

3.2.6 - A Contratada se obriga a manter na sala destinada à sua equipe de trabalho livro de ocorrências para registro de fatos relevantes que envolvam seus empregados;

3.2.7 - A Contratada deverá disponibilizar para o Contratante, a seu pedido, empregados da categoria, para atendimento aos serviços que só possam ser executados durante os fins de semana;

3.2.8 - Os serviços executados em finais de semana e feriados, com o efetivo residente, serão previamente aprovados pelo Contratante e serão remunerados de acordo com a legislação em vigor;

3.2.9 - Observada a legislação pertinente, deverá ser adotado o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS, ou efetuada a remuneração devida, mediante faturamento discriminado no mês subsequente ao da prestação dos serviços, ficando a quitação do documento fiscal respectivo condicionada à autorização prévia do Contratante, que preencherá e assinará formulário próprio da Contratada, no qual constarão nomes, funções, datas e horários em que serão realizados os serviços;

3.2.9.1 - Os serviços prestados em jornada extraordinária, se passíveis de remuneração, serão faturados em separado do documento fiscal.

3.2.10 - A Contratada deverá disponibilizar todas as peças de vestuário, que constituirão os uniformes completos de seus empregados alocados nas dependências da Contratante, nas quantidades estabelecidas, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.2.11 – A cada 06 (*seis*) meses, independentemente do estado em que se encontrem os uniformes em uso, a Contratada deverá disponibilizar peças novas de uniforme



e seus respectivos complementos, conforme subitem 3.2.13, por trabalhador, de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, sempre na presença do gestor do Contrato, sendo vedado o repasse dos custos aos empregados;

3.2.11.1 - A substituição mencionada no subitem anterior deverá ocorrer integralmente às expensas da Contratada e se dará mediante a devolução, pelo empregado, das peças em mal estado de conservação.

3.2.12 - A Contratada deverá disponibilizar os uniformes e calçados nos diversos tamanhos, no caso de não dispor de uniformes e calçados nos tamanhos adequados aos usuários, estes deverão ser confeccionados sob medida;

3.2.13 – A Contratada deverá fornecer a cada ascensorista 03 (*três*) camisas sociais (manga curta), preferencialmente, na cor amarelo-claro ou branca, 02 (*duas*) calças ou saias sociais, preferencialmente, na cor preta, 01 (*uma*) gravata, preferencialmente, na cor preta ou 01 (*um*) lenço para gola de camisa, preferencialmente, na cor preta, 01 (*um*) paletó, 01 (*um*) cinto de couro preto, 02 (*dois*) pares de meias pretas masculinas ou 02 (*duas*) meias-calça femininas em cor natural, 02 (*dois*) pares de sapato preto, masculino ou feminino, tipo Vulcabras.

3.3 – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

3.3.1 - A remuneração dos ascensoristas corresponderá ao previsto na tabelado SINDICATO DOS CABINEIROS DE ELEVADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO;

3.3.2 - Os pagamentos dos salários e demais benefícios serão realizados na sede do Contratante, sendo que, na hipótese da contratada optar por pagamento em cheque ou crédito em conta-salário, deverá eleger um dos estabelecimentos bancários existentes na sede do Contratante para operacionalizar o pagamento;

3.3.3 - A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados alocados nas dependências do Contratante, crachás de identificação, contendo os dados pessoais do empregado, fotografia e função;

3.3.4 - A Contratada fornecerá, diariamente, café da manhã, com base na legislação em vigor (Lei Municipal nº 1.418 de 27.06.89), para os ascensoristas que chegarem com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos aos seus turnos de trabalho e cujos turnos se iniciem entre 7:00 e 11:00 horas da manhã.

3.3.5 - A Contratada fornecerá a todos os seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevador do Município do Rio de Janeiro para a respectiva categoria.

3.3.6 - Os vales-transporte serão fornecidos, no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados, em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87);



3.3.6.1 - Poderá ser utilizado, nesse caso, o Bilhete Único (Lei nº 5.628/2009, alterada pelas Leis 7.506/2016, 7.605/2017, 8.022/2018, 8.093/2018, 8.297/2019 e 8.479/2019; e Lei nº 5.211/2010, alterada pela Lei nº 6.516/19), desde que atenda às necessidades do empregado.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 - DA CONTRATADA:

4.1.1 - A Contratada utilizará, na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, mão de obra qualificada e suficiente à realização dos serviços;

4.1.2 - A Contratada deverá manter atualizada junto à Divisão de Atividades Auxiliares a relação nominal dos empregados designados para a prestação dos serviços, indicando a função e data de admissão e deverá ser digitada em forma de planilha;

4.1.3 - A Contratada designará formalmente preposto, que acompanhará o Contrato, sendo este o elo de ligação da mesma com a administração do Contratante, devendo possuir poderes para solucionar todos os problemas oriundos da relação contratual, sobretudo substituição de empregados, regularização de pendências relacionadas a vales-refeição, vales-transporte, salários e demais benefícios, bem como fiscalizar as condições de apresentação dos empregados (uniformes e crachás);

4.1.4 - A Contratada afastará ou substituirá, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço;

4.1.5 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.6 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente contrato;

4.1.7 - A Contratada deverá manter seus empregados, locados na execução do serviço, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir essa comprovação;

4.1.8 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir direta ou indireta, nas atividades do Contratante;

4.1.9 - A Contratada deverá manter sediados no Contratante durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com a garantia de cumprimento dos compromissos assumidos;



4.1.10 - A Contratada deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

4.1.11 - Será de responsabilidade da Contratada:

4.1.11.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.11.2 – Assumir quaisquer indenizações devidas aos seus empregados, inclusive àquelas relativas a acidentes de trabalho, bem como, a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil e penal, decorrente do presente Contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.1.11.3 - Selecionar e preparar rigorosamente as pessoas que irão prestar os serviços, encaminhando empregados com funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente;

4.1.11.4 - Promover palestras semestrais sobre as atividades desenvolvidas pelos ascensoristas, visando à qualificação e orientação permanente de todos os seus empregados;

4.1.11.5 - Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente e carteira de identidade (RG);

4.1.11.6 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, e diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção individual (EPI), tais como aventais, guarda pós, botas, luvas, capas, óculos, cintos e equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da Contratada;

4.1.11.7 - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

4.1.11.8 - Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

4.1.11.9 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

4.1.11.10 - Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transporte, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante;

4.1.11.11 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;



4.1.11.12 - Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os empregados, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;

4.1.11.13 - A Contratada deverá, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Cabineiros de Elevadores do município do Rio de Janeiro;

4.1.11.14 - Pagar em dia seus empregados nos termos da legislação aplicável;

4.1.11.15 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato;

4.1.12 - A Contratada deverá comprovar, sempre que solicitado, o cumprimento das Normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, tais como: comprovar cumprir as normas referentes aos Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, implementação do programa de controle médico de saúde ocupacional, etc.;

4.1.13 - Relatar à Administração qualquer irregularidade observada nos postos, onde houver prestação de serviços;

4.1.14 - Manter preposto com capacidade para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

4.1.14.1 – A Contratada deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias o cumprimento desta obrigação, contados a partir do 1º útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

4.1.15 – A Contratada deverá implantar imediatamente mão de obra no respectivo posto, devidamente uniformizados e identificados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir conforme o estabelecido;

4.1.16 – A Contratada deverá submeter, de imediato, para conferência e identificação pelo Contratante, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas juntamente com a relação nominal dos empregados que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados, para fins do artigo 67 da Lei 8.666/93;

4.1.16.1 - Adotar essa obrigação sempre que houver demissão/admissão de novos empregados para prestação dos serviços constantes deste Contrato;

4.1.17 – A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

4.1.18 - A Contratada deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato as informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;

4.1.19 – A Contratada deverá apresentar ao Fiscal do Contrato:

4.1.19.1 - Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;



4.1.19.2 - Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;

4.1.19.3 - Espelho da folha de pagamento específica do Contrato;

4.1.19.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

4.1.19.5 - Os recolhimentos das contribuições ao INSS;

4.1.19.6 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

4.1.9.7 - Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

4.1.19.8 - Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

4.1.20 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.21 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.21.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo III do Edital;

4.1.22 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.22.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital, e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

4.1.23 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça;



4.1.23.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato;

4.1.24 – O prazo para apresentação das certidões mencionadas nos subitens 4.1.21.1 e 4.1.22.1 é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

4.1.25 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.2 - DO CONTRATANTE:

4.2.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

4.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto;

4.2.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato;

4.2.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados;

4.2.5 - Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

4.2.6 - Fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da Contratada;

4.2.7 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Termo de Referência, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

5.1.1 – **Provisoriamente** – imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

5.1.2 – **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo por motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.



5.3 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação à Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

5.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.5 – O aceite/aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.1 - DO PREÇO:

6.1.1 – ASCENSORISTA:

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Ascensorista		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Base de cálculo p/ apuração valor hora em dobro	
F	Hora em dobro (trabalho em feriado)	
G	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Benefício Social Familiar	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR (R\$)
A	Uniformes	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 080/2019– fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/2019

Proc. TRF2-EOF-2019/00244

B	Equipamentos e ferramentas (depreciação)		
C	EPI		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário-educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Seguro acidente do trabalho	2,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL		35,80	
Submódulo 4.2 – 13º Salário		%	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal		12,12	
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34	
TOTAL		16,46	
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01	
TOTAL		0,04	
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,70	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL		7,46	
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença-paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	

Contrato nº ____/2019 – Empresa Contratada.

M I N U T A.

Pág.:12



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE.
Documento Nº: 2734040-2149 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201931328

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 080/2019– fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 10.024/2019

Proc. TRF2-EOF-2019/00244

E	Ausência por acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)	0,00	
Subtotal		11,62	
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16	
TOTAL		15,78	
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80	
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo de rescisão	7,46	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78	
4.6	Outros (especificar)	0,00	
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,54	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00	
B	Lucro	6,79	
C	Tributos		
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		
	C1. PIS	1,65	
	C2. COFINS	7,60	
	C3. ISS	5,00	
Total dos tributos		14,25	
TOTAL			
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Ascensorista			
Descrição			PREÇO (R\$)
I – Composição da Remuneração			
II – Benefícios mensais e diários			
III – Insumos diversos			
IV – Encargos sociais e trabalhistas			
Subtotal (I + II + III + IV)			
V – Custos indiretos, tributos e lucro			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			

Contrato nº ____/2019 – Empresa Contratada.

M I N U T A.

Pág.:13



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE.
Documento Nº: 2734040-2149 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201931328

6.1.2 - Planilha totalizadora do preço da mão-de-obra:

I – MÃO-DE-OBRA / SALÁRIO			
CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)	
		UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL
ASCENSORISTA	10		
VALOR TOTAL MENSAL DESTE CONTRATO			
Valor total mensal:			

VALOR TOTAL MENSAL (R\$)	MESES	VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO (R\$)
	12	
Valor total anual do Contrato:		

6.1.3 – Valor da hora extra para categoria profissional:

CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
	50 %	100%
ASCENSORISTA		

6.1.4 – O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____,
(_____);

6.1.5 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____,
(_____);

6.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

6.1.7 – Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão-de-obra.

6.2 – DA REPACTUAÇÃO:

6.2.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

6.2.1.1 - O interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;



a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços;

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (*dose*) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 12 (*doze*) meses previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

6.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

6.2.2.1 - no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

6.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.



6.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

6.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

6.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

6.2.5.1 - no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;

6.2.5.2 - No caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

6.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (*doze*) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

6.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

6.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data de emissão do referido atesto.

6.3.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

6.3.1.2 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

a) Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

b) Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

c) Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.



6.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar - Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00, em 02 (duas) vias, acompanhado dos documentos abaixo, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br:

6.3.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

6.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

6.3.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

6.3.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

6.3.2.5 - Comprovações de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

a) A comprovação da entrega de vale-transporte se dará com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do Contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários.

6.3.2.6 - Comprovações de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

a) A comprovação da entrega de auxílio-alimentação dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

6.3.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de relatório de ponto biométrico, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

6.3.2.8 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-



se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

6.3.2.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

6.3.2.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador.

6.3.3 – Para fins do disposto no subitem 6.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.3.4 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.3.5 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a Contratada Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar no mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.3.5.1 - A Contratada optante pelo Simples Nacional, no prazo de 90 (*noventa*) dias, contado da data da assinatura do Contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

6.3.5.2 - Caso a Contratada optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido no subitem anterior, o Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

6.3.5.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

6.3.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão



contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

6.3.6.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.3.7 – No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

6.3.8 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.3.9 – Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

6.3.10 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.3.10.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.4 – DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

6.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

6.4.1.1 - Férias;

6.4.1.2 - 1/3 constitucional;

6.4.1.3 - 13º Salário;

6.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

6.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

6.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.2 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169.

6.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 6.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.3.1 – Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

6.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

6.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

6.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

6.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

6.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.



6.4.9 – Durante a execução do Contrato, a Contratada poderá solicitar autorização do Contratante para:

6.4.9.1 – resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 6.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato, se exigível, e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.9.2 – movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções CNJ nºs 183/2013 e 248/2018 e pela IN 1/2016 - CJP, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) homologado pelo Sindicato, se exigível, e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

6.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 6.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologado, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (dez) dias,



contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, se exigível, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

6.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art. 12 da Instrução Normativa nº 001/2016 do Conselho da Justiça Federal, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

6.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 6.4.1.

6.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 6.4.9.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

6.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 183/2013, de 24/10/2013, e nº 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.01	107.765	

7.2 - Na parcela referente ao exercício de 2020, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

8.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____, (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

8.1.1 - A garantia de que cuida o item anterior deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

8.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



- 8.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- 8.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto nas Cláusulas Nona e Décima Sexta deste Contrato;
- 8.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- 8.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.
- 8.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 8.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).
- 8.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.
- 8.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 8.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;
- 8.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 8.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;
- 8.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada;
- 8.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.
- 8.6 - Será considerada extinta a garantia:
- 8.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- 8.6.2 - Com a extinção do Contrato.
- 8.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:
- 8.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 8.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;
- 8.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;
- 8.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 8.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.
- 8.7.2. Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 8.7.1.3 e 8.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.
- 8.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



9 - CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES:

9.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral deste Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 9.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 9.1.2 – fraudar a execução do Contrato;
- 9.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 9.1.5 – fizer declaração falsa.

9.2. – Para os fins do subitem 9.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

9.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução deste Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 9.4, 9.5 e 9.7 desta Cláusula e nas Tabelas 01 e 02 da Cláusula Décima Sexta, com as seguintes penalidades:

9.3.1 – advertência;

9.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;

9.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

9.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

9.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor deste Contrato.

9.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor deste Contrato.

9.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

9.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 07 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço;

9.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

9.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 9.6.1 e 9.6.2, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) deste Contrato.



9.8 – A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 02 constante da Cláusula Décima Sexta, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 01 da mesma Cláusula.

9.9 – O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

9.9.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

9.9.2 – Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial;

9.9.3 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

9.9.4 – Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

9.10 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria [TRF2-PTP-2017/00110](#), de 15/03/2017.

9.11 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei.

9.12 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO:

10.1 – A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

10.2 – O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

10.3 – A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 080/2019 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII;



- b) Proposta, datada de __/__/2019, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2019/____);
- c) Certificado de Vistoria, se houver, fornecido pela Divisão de Atividades Auxiliares (DIATA), situado na Rua Acre, nº 80, 15º andar, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições, locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato.

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

12.4 -A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme solicitação:

12.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

12.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

12.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

12.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

12.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

12.5 -A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início



e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

12.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

12.5.2 - Até 15 (quinze) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

12.5.3 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;

e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;

f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.



13.2 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.3 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

13.4 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.5 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Nona do presente Contrato.

13.6 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

13.7 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada ser vantajosa a manutenção do Contrato.

13.8 - Após o prazo de vigência inicial, este Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

13.8.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.8.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

13.8.3 - O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.8.4 - o valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

13.8.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

13.9 - A vantajosidade econômica para a prorrogação deste Contrato, mencionada no subitem 13.8.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

13.9.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

13.9.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

13.10 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

14.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias,



em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

16.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

16.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

16.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% dia sobre o valor mensal do contrato
2	1,0% dia sobre o valor mensal do contrato
3	1,5% dia sobre o valor mensal do contrato
4	2,0% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,5% dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 02

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
6	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia;	3



Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seupessoal, por funcionário e por dia;	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador,por ocorrência;	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atendaàs necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
10	Efetuar ao pagamento de salários, vales-transporte e/ou ticket-refeição,seguros, encargos fiscais e sociais, dentro dos prazos legais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.	3
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	3
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados ede impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	2
13	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações e quantidadesestabelecidas, por funcionário e por ocorrência;	2
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nestatabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos noedital/contrato;	1
16	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relaçãode obrigações a contratada;	1
17	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientespara a execução dos serviços e qualidade exigidas no Edital;	1
18	Na primeira reincidência do item 10, o valor da multa será de 100% do grau 3da Tabela 1 e a próxima reincidência caberá rescisão unilateral do contrato e será considerada inexecução parcial com aplicação da multa. – grau – 5.	-

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 10.192 de 14/02/2001 e nº 9.069 de 29/06/95.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 65 § 1º da Lei 8666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder o limite ali estabelecido, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

17.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Nona e Décima Sexta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.



TRE2CAP201931328